



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681362 - SP (2021/0226558-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : LEANDRO DE OLIVEIRA ANZAI
ADVOGADO : LEANDRO DE OLIVEIRA ANZAI - SP289809
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO HENRIQUE BARON (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO HENRIQUE BARON, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0000559-60.2021.8.26.0344).

O paciente cumpre pena de 23 anos, 1 mês e 18 dias de reclusão em regime fechado.

Formulado pedido de progressão ao regime semiaberto, o juízo das execuções deferiu o benefício (e-STJ fls. 43-46). O Tribunal de origem deu provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público a fim de determinar o retorno do paciente ao regime fechado para que aguarde a realização de exame criminológico por equipe interdisciplinar (e-STJ fls. 47-50).

O impetrante sustenta que o paciente estaria apto a progredir ao regime semiaberto e participar das saídas temporárias, ao argumento de que "assim foi decidido no mês de janeiro deste ano e corroborado pelo exame criminológico realizado por assistente social e psicóloga" (e-STJ fl. 5).

Pretende a dispensa da submissão do paciente a exame por médico psiquiatra, "que teria supostamente sido pretendido pela 13ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo" (e-STJ fl. 5), salientando que já estariam presentes os requisitos para a concessão da benesse, razão pela qual entende ser dispensável a perícia psiquiátrica.

Requer, liminarmente e no mérito, seja cassado o acórdão guerreado, na "parte que sugere exame com médico psiquiatra" (...), a fim de que seja concedida ao paciente a progressão ao regime semiaberto (e-STJ fl. 8).

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, confira-se o que consignou o Tribunal de origem ao determinar a realização de exame por equipe interdisciplinar (e-STJ fl. 49):

Na espécie vertente, foi o recorrido - que frequenta o ambiente carcerário desde os idos de 2001 (fls. 20) - condenado a 23 (vinte e três) anos, 01 (um) mês e 18 (dezoito) dias de reclusão por roubo e tráfico ilícito de entorpecentes, infrações de reconhecida gravidade. O término da reprimenda está previsto para o ano de

2033(mês de junho, fls. 18). Segundo consta do Boletim Informativo, sobre ostentar infração disciplinar de natureza grave (abandono, fls. 25), ainda possui outros três feitos em andamento (fls. 24 e 25). Não se pode então, principalmente à vista dos princípios que regem a execução de sentenças condenatórias, submeter a sociedade ao risco decorrente do presságio de não adaptação ao regime atenuado. Logo, não me parece correto, sob qualquer alegação, desprezar-se todo e qualquer tópico de índole subjetiva apto a sinalizar eventual mérito ou demérito do candidato ao benefício. A recusa à avaliação criminológica, no particular, acarreta evidente cerceamento à produção de prova destinada a demonstrar se o preso poderia ou não ser reintegrado harmoniosamente à sociedade. Era premente a avaliação do reeducando por especialistas. Logo, a dispensa de apreciação técnica quanto à composição psíquica e emocional do interessado carreou para o avanço a marca da prematuridade.

No mais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência